



Seção A: DADOS DO JURISDICIONADO

O índice da gestão fiscal permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal. Para isso, são analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal. Além dos aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas são conduzidos segundo uma gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população.

A1. Município:

A2. Responsável pelo Fornecimento das Informações / Preenchimento do Questionário:

A3. Cargo do Responsável pelo Fornecimento das Informações / Preenchimento do Questionário:

A4. CPF do Responsável pelo Fornecimento das Informações / Preenchimento do Questionário:



Seção B: I-Fiscal - Índice Municipal da Gestão Fiscal

INFORMAÇÕES IMPORTANTES (LEIA ATENTAMENTE)

Como se trata de um questionário extenso, lembre-se de gravar o seu progresso num intervalo máximo de 60 minutos, através do botão "Retornar mais tarde", para não haver perda de informação.

Para submeter definitivamente o questionário, clique no botão "Enviar".

Ao clicar em "Enviar", será aberta uma janela informando que o questionário foi salvo na base de dados do TCM/PA.

Também nesta janela haverá a opção de IMPRESSÃO do questionário preenchido. Caso seja do seu interesse, este é o momento, pois após o fechamento desta janela, não existe mais a possibilidade de impressão.

B1. 1. Com base nos dados da execução da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2021), informe os seguintes valores:

ATENÇÃO: Preencher no formato 99999,99 SEM ponto.

Receita arrecada:

Despesas Liquidadas até o Bimestre:

Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro:

Despesa fixada final:

Despesa executada:

Receita prevista atualizada:

B2. 2. Com base nos dados do balanço patrimonial do exercício de 2021, informe os seguintes valores consolidados:

ATENÇÃO: Preencher no formato 99999,99 SEM ponto.

Ativo financeiro:

Passivo financeiro:

B3. 3. Sobre os restos a pagar processados e não processados do exercício de 2021, informe os seguintes valores consolidados:

Obs: Saldo inicial, assim considerado aquele referente ao saldo encontrado em 1º de janeiro, ou seja, o saldo oriundo do exercício anterior.

ATENÇÃO: Preencher no formato 99999,99 SEM ponto.

Saldo inicial total dos restos a pagar:

Total de pagamentos realizados:

B4. 4. Com base nos dados do exercício de 2021, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, informe:

Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Executivo

Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Legislativo:



Percentual da dívida fundada (Saldo Final em 12/2021) em relação à RCL:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

B5. 5. Sobre pagamento de Precatórios, informe os seguintes valores isolados referentes ao exercício de 2021:

Obs: Saldo inicial, assim considerado aquele referente ao saldo encontrado em 1º de janeiro.

ATENÇÃO: Preencher no formato 99999,99 SEM ponto.

Saldo inicial dos precatórios:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Saldo final dos precatórios:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

B6. 6. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal?

SIM

NÃO

B7. 7. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social no ano de 2021 foram realizados dentro do prazo legal?

Lei Federal nº 8212/1991 - artigo 11 e seguintes

Todos os repasses foram dentro do prazo legal

A maior parte dos repasses recolhidos até 30 dias após o vencimento

A maior parte dos repasses recolhidos de 31 a 90 dias do vencimento

A maior parte dos repasses recolhidos acima de 90 dias do vencimento

Os repasses não foram realizados

B8. 8. Com base na Capacidade de Pagamento com Recursos do Ativo Disponível, informe:

Liquidez Imediata Disponível:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Passivo Circulante:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

B9. 9. A Prefeitura aderiu a algum parcelamento de encargos sociais (Regime Geral/Regime Próprio)?

Portaria nº 333 de 11 de julho de 2017, MP nº 778 de 16 de maio de 2017 convertida na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017) que autorizou parcelamentos pelas PMs em até 200 parcelas mensais.

SIM

NÃO, pois não existem dívidas de encargos sociais (Regime Geral/Regime Próprio)

Não, apesar de haver dívidas de encargos sociais (Regime Geral/Regime Próprio)

B10. 9.1 As parcelas estão sendo pagas no vencimento?

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, do Ministério da Previdência Social, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelo regime próprio de previdência social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Todas as parcelas foram pagas no vencimento (sem atraso)

A maior parte das parcelas pagas até 30 dias do vencimento (até 1 mês de atraso)



B17. 12.1 Quais os tipos de fiscalização específica do ISSQN sobre o setor bancário que a prefeitura efetua?

Serviços bancários

Operações com cartão de crédito/débito

Operações de leasing (arrendamento mercantil)

Outros

Outros

B18. 13. Há fiscalização automatizada periódica para detectar contribuintes que deixam de emitir a NFS-e por um determinado período ou apresentem queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do ISSQN?

SIM

NÃO

B19. 14. Há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa?

Lei nº 6.830/80 estabelece, em seu artigo 6º, § 3º, que a produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial. O § 1º refere-se à petição inicial, que será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. A meta 17.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU é fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

SIM

NÃO

B20. 14.1 Há dispositivo específico que estabeleça critérios para o início do trâmite da execução judicial da dívida ativa?

SIM

NÃO

B21. 14.2 Há mecanismos específicos de restrição e controle na inadimplência nos parcelamentos da dívida ativa?

SIM

NÃO

B22. Você esta prestes a finalizar o questionário, confirme se as alternativas anteriores estão corretas:

Declaro para fins de direito, que as informação prestadas nos respectivos questionários possuem veracidade e autenticidade.